



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1690421 - PR (2014/0106301-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : ROSALVO FÉLIX DE CARVALHO
ADVOGADO : WILLYAN ROWER SOARES E OUTRO(S) - PR019887
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ROSALVO FÉLIX DE CARVALHO, com respaldo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO assim ementado (e-STJ fl. 654):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL, E CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM COMUM. COMPROVAÇÃO. CATEGORIA PROFISSIONAL DE MOTORISTA E AGENTE PERICULOSO ELETRICIDADE. AVERBAÇÃO.

1. O tempo de serviço rural a partir dos 12 anos de idade pode ser comprovado mediante a produção de prova material suficiente, ainda que inicial, complementada por prova testemunhai idônea. 2. Os documentos em nome de terceiros (pais/cônjuge) consubstanciam início de prova material do trabalho rural desenvolvido em regime de economia familiar pelo segurado homem que não atingiu a maioridade civil. 3. Uma vez exercida atividade enquadrável como especial, sob a égide da legislação que a ampara, o segurado adquire o direito ao reconhecimento como tal. 4. Quanto ao agente periculoso eletricidade, devem ser aplicados de forma integrada o disposto no Decreto nº 53.831 de 1964 (Código 1.1.8) e na Lei nº 7.369, de 1985 (regulamentada pelo Decreto nº 93.412, de 1986) até 05-03-1997, e essa norma e o seu regulamento para o tempo laborado com comprovada sujeição à eletricidade após 05-03-1997. 5. O fator de conversão do tempo especial em comum a ser utilizado é o previsto na legislação aplicada na data concessão do benefício, e não o contido na legislação vigente quando o serviço foi prestado. A propósito, a questão já foi pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1151363/MG, Rei. Min. Jorge Mussi, Terceira Seção, julgado em 23/03/2011, DJe 05/04/2011). 6. Comprovado o exercício de labor rural e de atividades exercidas em condições especiais, porém não integralizado tempo suficiente à concessão do benefício, tem o autor direito à averbação dos períodos reconhecidos.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 669/674).

Em suas razões, a parte recorrente aponta violação dos arts. 301, § 1º e §2º, 458, 467 e 469 do Código de Processo Civil, argumentando que se consideram idênticas somente as ações que contiverem rigorosamente as mesmas partes, mesmo pedido e causa de pedir. Isso porque a distinção em um dos elementos da ação é suficiente para afastar a coisa julgada material.

Segunde defende, na presente lide, veio requerer o reconhecimento da condição de segurado especial no período de 16/10/1961 a 31/12/1965, com base em novos documentos, diferentes dos utilizados nos autos anteriores.

Sem contrarrazões às e-STJ fl. 721.

Juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem às e-STJ fls. 714/716. Decisão de minha relatoria, determinando o retorno dos autos ao Tribunal, a fim de realizar o juízo de retratação do art. 1.040 do CPC (e-STJ fls. 749/751). O referido julgado foi assim ementado (e-STJ fl. 813):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TEMA STJ Nº 642. Não verificando adequação exata ao pronunciamento do STJ quanto à hipótese de concessão de aposentadoria rural por idade, mantém-se integralmente o entendimento do Acórdão proferido pela Turma.

Reiteração do apelo nobre à e-STJ fl. 822. Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem à e-STJ fl. 827.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feita essa anotação, passo à análise da pretensão recursal, a qual não pode ser conhecida, diante do óbice da Súmula 7 do STJ. Com efeito, a existência de distinção entre um dos pressupostos à configuração da coisa julgada é suficiente para afastá-la. Exemplifico:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA 284/STF. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. LEI 11.718/2008. TEMPO DE TRABALHO URBANO E RURAL. ANTERIOR PEDIDO DA PARTE AUTORA, DE APOSENTADORIA POR IDADE COMO RURÍCOLA, JULGADO IMPROCEDENTE. ACÓRDÃO QUE, FUNDAMENTADO NOS ASPECTOS CONCRETOS DA CAUSA, CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. I. Recurso Especial aviado contra acórdão publicado na vigência do CPC/73. II. Quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, o recorrente não demonstrou, de forma precisa e adequada, em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissa, limitando-se a alegações genéricas, pelo que o recurso esbarra no óbice da Súmula 284/STF. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 458.067/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/02/2014; AgRg no AREsp 449.527/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/02/2014. III. **O Tribunal de origem concluiu pela não ocorrência da coisa julgada, em relação à anterior ação ajuizada pela parte autora** - cujo pedido era de concessão de aposentadoria por idade, na condição de rurícola -, por entender, diante do contexto fático dos autos, diversos o pedido e a causa de pedir, deixando consignado, no acórdão recorrido, que, **"no caso concreto, procede o argumento da autora no sentido de que a presente demanda está fundada na apreciação de pedido administrativo diverso, e, portanto, não há falar em ofensa à coisa julgada"**. Registrou, ainda, que, "havendo identidade de partes, mas não de pedido e causa de pedir, deve ser afastada a condenação da autora em litigância de má-fé". IV. Considerando a fundamentação adotada, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte. V. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1411886/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 26/02/2019) (Grifos acrescidos).

No entanto, o Tribunal de origem, soberano no exame do acervo probatório, consignou que houve, no presente feito, a configuração do instituto da coisa julgada

quanto ao pedido de comprovação do tempo de serviço rural ora postulado. A propósito, veja-se o seguinte excerto do acórdão impugnado (fl. 670):

Da coisa julgada

Conforme se extrai da sentença, foi determinada a extinção do feito, sem julgamento do mérito, em virtude da ocorrência de coisa julgada, no que pertine ao reconhecimento do labor rural no período de 16-10-1961 a 31-12-1965, uma vez que já foi objeto de exame nos autos da ação n. 2002.70.01.023326-9, não tendo sido reconhecido referido período, conforme se extrai da sentença e do julgamento da Turma Recursal (Evento 1, PROCADM21, p. 9-26). Dessa forma, correta a extinção do feito, sem julgamento do mérito, em virtude da coisa julgada, quanto ao período de labor rural de 16-10-1961 a 31-12-1965. Assim, resta apenas o exame do trabalho agrícola no intervalo de 21-04-1959 a 15-10-1961, que não foi objeto do pedido naqueles autos.

Dessa forma, a inversão do julgado, tal como posta nos autos, demandaria o reexame de prova, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 260/TFR. ACÓRDÃO QUE INTERPRETA DETERMINAÇÃO CONTIDA NO TÍTULO EXEQUENDO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. 1. O Tribunal de origem, com base no conjunto fático-probatório dos autos, afirmou que os cálculos apresentados seguiram o comando do título exequendo, que determinou a aplicação da Súmula 260 /TFR. 2. Dessa forma, o exame da controvérsia, a fim de se verificar a alegada ofensa à coisa julgada, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 426.368/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 23/09/2016).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, cuja exigibilidade, no entanto, fica suspensa na forma do § 3º do art. 98 do novo CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

GURGEL DE FARIA

Relator